



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
Av, Tapajós nº 2201 - Bairro Lagunho - CEP 68040000 - Santarém - PA - www.icmbio.gov.br

Plano

PLANO DE TRABALHO

Acordo de Cooperação Técnica entre Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e organização da sociedade civil

Objetivo: Realizar levantamentos, estudos, relatórios e produtos finais necessários para a revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós, Pará.

Unidade de Execução Técnica: Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo (COMAN/CGCAP/DIMAN) e Floresta Nacional do Tapajós/PA.

Período de Execução: agosto/2016 a maio/2017

Execução Financeira: Acordo de Cooperação

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Floresta Nacional do Tapajós (FN Tapajós) é uma unidade de conservação – UC federal criada por Decreto Presidencial nº 73.684 de 19/02/1974 e teve seus limites alterados pela Lei Federal nº 12.678 de 25/06/2012. Atualmente, possui área de aproximadamente 527.319 hectares nos Municípios de Belterra, Aveiro, Rurópolis e Placas, na região oeste do Estado do Pará. O objetivo básico da FN Tapajós é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, 2000).

A população da UC foi estimada em 2015 por cerca de 4 mil pessoas e 960 famílias, distribuídas em 24 comunidades e em lotes de assentamento da reforma agrária, situados às margens da BR 163. A UC apresenta expressiva riqueza sociocultural, representada por populações tradicionais ribeirinhas e indígenas da Etnia Munduruku, divididas em três aldeias – Bragança, Marituba e Takuara.

A gestão do território da UC é realizada com base no Plano de Manejo, aprovado em 2004, que possui o zoneamento e normas de uso dos recursos naturais. A regulamentação da utilização dos recursos naturais, bem como a ocupação e uso do solo é realizada através do Plano de Utilização, que foi publicado em 05 de dezembro de 1997. As comunidades, bem como os demais atores sociais envolvidos, direta e indiretamente na gestão da UC, são representadas no Conselho Consultivo, formado em 2001, mas atuante desde 1997 através do grupo de trabalho formado por diversas instituições e representantes comunitários.

No final dos anos 90 o governo federal implantou, em parceria com Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), uma concessão empresarial florestal sustentável na FN do Tapajós. Após os aprendizados com a concessão empresarial, o Manejo Florestal Comunitário, realizado pelas populações tradicionais da FN do Tapajós a partir de 2003, se tornou uma importante referência de uso sustentável da floresta. Em 2015, a atividade gerou mais de R\$ 12 milhões e 200 empregos diretos, ao manejar apenas 0,3% da unidade. Além disso, o manejo beneficia direta e indiretamente todos os moradores da UC, através da geração de renda, construção e reforma de estradas, fortalecimento de organizações sociais, capacitações de moradores tradicionais, e melhoria dos índices de proteção.

Além do Manejo Florestal Comunitário destacam-se diversas iniciativas de uso sustentável com envolvimento comunitário, tais como: extração do látex, extração de óleos de andiroba e copaíba, produção do couro ecológico a partir do látex, biojóias, móveis artesanais, comercialização de frutas in natura (açaí), produção de polpas e licores, produção de farinha, produção de mel, criação de peixes e turismo de base comunitária.

2. JUSTIFICATIVA

A Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece, em seu Artigo 27º, que as unidades de conservação - UC devem dispor de um plano de manejo, definido, na mesma Lei, Art. 2º, como: “Documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.”

Para que a FN Tapajós cumpra plenamente com seus objetivos de criação, é essencial a atualização de seu plano de manejo, com base na análise das modificações ocorridas e novos conhecimentos adquiridos durante a vigência do plano de manejo atual, que foi publicado em 2004. Neste contexto, propõe-se a atualização e o aprimoramento das análises dos fatores bióticos, abióticos e antrópicos que afetam a unidade de conservação, sua região, que inclui a zona de amortecimento. O novo plano de manejo deverá nortear a gestão efetiva da FN Tapajós.

Vale ressaltar que em 1997 moradores das aldeias de Marituba, Bragança e Takuara passaram a reivindicar a demarcação de duas áreas dentro da FN do Tapajós. Em 2003 a FUNAI constituiu o Grupo Técnico com o objetivo de realizar estudos de natureza etnohistórica, antropológica, ambiental e cartográfica, necessários à identificação e delimitação das Terras Indígenas Bragança-Marituba e Munduruku-Takuara, por meio das portarias 799/2003-FUNAI/PRES e 859/2003-FUNAI/PRES publicadas no DOU. Em 2009 ocorreu a aprovação e publicação dos estudos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Munduruku-Takuara (25.323ha) e Bragança-Marituba (13.515ha) realizados pela FUNAI (portarias 51 e 52/PRES-FUNAI).

Após a publicação dos estudos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Munduruku-Takuara e Bragança-Marituba, o Ministério Público Federal (MPF/PRM - STM/PA/GAB 2 nº 003/2012) recomendou a suspensão do manejo florestal madeireiro em parte da atual área de manejo florestal comunitário, que corresponde a aproximadamente 20 mil hectares da zona de manejo florestal madeireiro (54,55%), prevista no plano de manejo atual. O ICMBio e moradores da UC atenderam essa recomendação, porém o manejo florestal comunitário corre o risco de parar por falta de área para exploração da madeira.

A Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012, excluiu da Floresta Nacional do Tapajós duas áreas totalizando aproximadamente 17.851 ha. A primeira dessas áreas pertence ao município de Belterra, onde estão situadas as comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara, na margem da rodovia BR-163, totalizando 11.990 ha; e a segunda, no município de Aveiro, onde se localiza a sede do município e seu aglomerado urbano, bem como parte da área rural do seu entorno, na margem direita do rio Tapajós, totalizando 5.861 ha.

Estes acontecimentos, dentre outros, como por exemplo, atualização das informações básicas da Unidade – área, estruturas administrativas, população, etc - demandam a revisão do plano de manejo da FN Tapajós, especialmente no que se refere ao zoneamento, considerando que área restante da referida zona de manejo florestal só permitirá o manejo até o ano de 2016.

3. OBJETO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Firmar parceria com organização sociedade civil, para, em conjunto com a Equipe de Planejamento do ICMBio, proceder levantamentos, estudos necessários para revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós, bem com as demais atividades previstas neste Plano de Trabalho.

4. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

Os estudos, objeto desta parceria, seguirão a metodologia proposta pela Coordenação Elaboração e Revisão de Planos de Manejo do ICMBio (COMAN/CGCAP/DIMAN) à qual o processo estará diretamente vinculado. A Equipe de Planejamento designada pela COMAN será responsável pela orientação e supervisão de todo o processo, análise, aprovação e elaboração de pareceres quanto aos relatórios e produtos intermediários e finais.

A Equipe de Planejamento será formada por um técnico supervisor pela COMAN; pelo Chefe da FN Tapajós e de quatro servidores da UC designados que serão responsáveis pela coordenação do processo e um representante da organização da sociedade civil parceira, ora denominada ENTIDADE PARCEIRA.

Todas as atividades indicadas neste Plano de Trabalho serão planejadas e desenvolvidas pela ENTIDADE PARCEIRA em estreita colaboração da Equipe de Planejamento da Floresta Nacional do Tapajós. Para tanto, a ENTIDADE PARCEIRA deverá participar de reuniões com a Equipe, para acompanhamento e discussão dos trabalhos, as quais serão previamente agendadas. Deverá ainda proceder às modificações e recomendações apontadas pela Equipe de Planejamento, sempre que um produto for submetido à análise.

Os estudos necessários à revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós envolvem basicamente: a atualização da caracterização e diagnóstico da unidade de conservação com base na consolidação da literatura existente e outros estudos sobre a unidade de conservação; a atualização da base cartográfica e elaboração de mapas temáticos e mapas de zoneamento; a realização de oficinas técnicas e participativas com representantes das comunidades da UC; e a consolidação de relatórios necessários para a revisão dos volumes que compõem o plano de manejo da unidade de conservação, conforme descritos neste plano de trabalho, nos roteiros metodológicos de planejamento do ICMBio e orientações técnicas da Equipe de Planejamento.

Sendo assim, não serão realizados levantamentos e coletas de dados primários para a caracterização dos meios bióticos, físico e socioeconômico tendo em vista a existência de subsídios suficientes em estudos já realizados na unidade de conservação para a consolidação de um novo diagnóstico.

Para a consecução do planejamento da unidade de conservação está prevista a realização de três oficinas de planejamento participativo em diferentes núcleos habitacionais no interior da unidade de conservação e entorno. Estas oficinas deverão ser conduzidas de forma a promover uma análise estratégica da unidade de conservação, com base na percepção dos moradores e beneficiários, pesquisadores e instituições que se relacionam com a gestão e manejo da área protegida.

Além destas oficinas, estão previstas pelo menos três outras reuniões técnicas para a discussão sistematizada de temas estratégicos para o planejamento, tais como o manejo florestal madeireiro, o ordenamento do turismo na unidade de conservação, o desenvolvimento de novas atividades produtivas nas comunidades e a sobreposição das terras indígenas.

Considerando a realização do I e II Seminários de Pesquisas Científicas da Floresta Nacional do Tapajós, realizados nos anos de 2011 e 2014, respectivamente, não será realizado um seminário ou oficina específica com pesquisadores. Sendo assim, alguns pesquisadores serão convidados para participar de reuniões sobre os temas estratégicos, bem como, para participar das oficinas de planejamento participativo.

Também ficará a cargo da ENTIDADE PARCEIRA a consolidação do relatório de monitoria e avaliação do Plano de Manejo da FN Tapajós, tendo como base a avaliação preliminar já realizada pela equipe da unidade de conservação. Para a consecução deste relatório, será realizada uma reunião da equipe ENTIDADE PARCEIRA com a equipe da Floresta Nacional do Tapajós, objetivando elencar os subsídios para a elaboração do relatório que comporá o processo de revisão do plano de manejo da unidade.

Todas as atividades a serem desenvolvidas pela ENTIDADE PARCEIRA seguirão as orientações da Equipe de Planejamento do ICMBio e àquelas apresentadas no Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais (ICMBio, 2009), no qual se definem os limites temáticos e conteúdos mínimos do plano de manejo, que deverá ser adaptado às características específicas da área e a realidade local.

5. PRODUTOS

O produto final do trabalho será a entrega dos estudos e trabalhos necessários à revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós com as informações atualizadas, composto por três volumes, sendo estes:

- **Volume I – Caracterização e Diagnóstico da Unidade de Conservação;**
- **Volume II – Planejamento da Unidade de Conservação;**
- **Volume III – Caderno de mapas e anexos.**

Para a elaboração dos produtos finais, estão previstos como produtos intermediários ou preliminares:

- Relatório de monitoria e avaliação do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós 2004;
- Relatórios consolidado das reuniões de planejamento participativo;
- Relatórios e atas das reuniões técnicas;
- Versões preliminares dos Volumes I e II do Plano de Manejo;

Abaixo, segue a descrição do escopo dos produtos.

5.1. PRODUTO 1: PLANO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

O plano de trabalho para a realização dos estudos e trabalhos necessários para o processo de revisão do Plano de Manejo da FN Tapajós será elaborado pela entidade parceira após a realização da visita de reconhecimento e reunião com a Equipe de Planejamento da FN Tapajós.

A entidade parceira deverá realizar visitas de reconhecimento às principais localidades na unidade de conservação e da região do entorno, nas quais poderão ser realizadas reuniões com lideranças locais, conforme orientação da Equipe de Planejamento. O objetivo das visitas é propiciar aos técnicos consultores a obtenção de informações gerais sobre as dinâmicas sociais envolvidas na unidade de conservação.

A entidade parceira poderá solicitar reuniões com outros servidores da unidade de conservação, além daqueles que compõem a Equipe de Planejamento, objetivando obter informações e unificar os procedimentos para o trabalho.

O objetivo destas visitas e reuniões é fornecer, aos técnicos consultores, informações sobre as características ambientais relevantes, as potencialidades, as ameaças e as fragilidades que afetam a FN Tapajós, bem como uma avaliação das condições de logística e das necessidades de meios e recursos para a realização dos estudos e das oficinas;

Serão discutidos os ajustes metodológicos para cada etapa do processo de elaboração dos estudos necessários para a revisão do plano de manejo e prazos para entrega e avaliação de produtos. Na ocasião serão entregues à equipe da entidade parceira, cópias dos insumos disponíveis para a consecução das atividades previstas neste Plano de Trabalho;

O Plano de Trabalho, a ser elaborado pela entidade parceira, deverá apresentar os ajustes no cronograma de execução, com prazos, meios e responsáveis referentes às atividades previstas, além da descrição pormenorizada de metodologias e escalas de análise a serem utilizadas na elaboração de cada produto e o detalhamento dos métodos a serem desenvolvidos nas oficinas participativas.

5.2. PRODUTO 2: RELATÓRIO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS 2004

O Relatório de Monitoria e Avaliação do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós 2004 será elaborado pela ENTIDADE PARCEIRA a partir dos subsídios obtidos junto à equipe da UC. Para tanto, deverá ser realizada uma reunião de pelo menos três dias, na cidade de Santarém/PA, na qual, em conjunto com a equipe da unidade a equipe da ENTIDADE PARCEIRA consolidará a matriz de avaliação do plano de manejo e obterá outros subsídios para a elaboração do relatório.

O relatório, parte integrante do processo administrativo da revisão do plano de manejo, deverá ser elaborado conforme

modelo a ser apresentado pelo Supervisor do Plano de Manejo da COMAN/CGCAP/DIMAN que posteriormente avaliará o produto.

5.3. PRODUTO 3: RELATÓRIO CONSOLIDADO DAS OFICINAS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E REUNIÕES TÉCNICAS

As oficinas de planejamento participativo são os principais momentos de envolvimento social na produção de material para a elaboração do Plano de Manejo da UC. O principal objetivo destas oficinas é promover a discussão sistematizada com os diferentes atores sociais e com as instituições governamentais e não governamentais que interagem com a unidade de conservação, visando à obtenção de subsídios para o planejamento.

As oficinas devem ter enfoque participativo e são desenvolvidas aplicando-se métodos e técnicas que facilitem o intercâmbio de informações e os processos de tomada de decisão pelo grupo de trabalho. Isto deverá ocorrer em etapas lógicas, sucessivas e interligadas de análise e planejamento, privilegiando a adoção de recursos visuais para nivelamento do conhecimento.

Para o processo de revisão do plano de manejo da FN Tapajós estão previstas a realização de três Oficinas de Planejamento Participativo, com a duração aproximada de dois dias cada, possibilitando o envolvimento de um grupo de atores representativos para a gestão e manejo da unidade de conservação. As oficinas serão realizadas em três diferentes pólos comunitários, conforme identificado abaixo:

- Pólo Aveiro: Aveiro, Jutuarana, Itapuama, Uruará, São Francisco das Chagas e São Francisco Godinho.
- Pólo Taquara (Belterra): Paraíso, Itapaiuna, Prainha II, Prainha I, Taquara*, Pini, Tauari, Chibé, Nazaré, Marai, Bragança* e Marituba* (*aldeias). São Pedro e São Jorge (entorno).
- Pólo Jamaraquá (Belterra): Lotes BR163, Piquiatuba, Pedreira, Jaguarari, Acaratinga, Jamaraquá, Maguari e São Domingos.

A moderação/facilitação das oficinas é de responsabilidade da entidade parceira, que deverá dispor de profissional habilitado para a condução das mesmas e de todo o material necessário para a condução dos métodos participativos.

A equipe da UC deverá colaborar com a entidade parceira na mobilização e organização das oficinas, como forma de garantir o pleno alcance dos objetivos pretendidos;

Os relatórios das oficinas de planejamento participativo são de responsabilidade da ENTIDADE PARCEIRA, que deverá apresentar o relato de cada uma das oficinas realizadas e uma análise consolidada com a síntese de produtos obtidos nos três eventos.

Além das oficinas de planejamento participativo, serão realizadas pelo menos mais três reuniões temáticas para a discussão de temas estratégicos para a gestão da unidade de conservação. Nestas a ENTIDADE PARCEIRA será responsável pela elaboração de atas e resumos ou relatórios sobre as discussões técnicas.

5.4. PRODUTO 4: ESTUDOS REQUERIDOS PARA ELABORAÇÃO DO VOLUME I – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

Os estudos requeridos para a produção do Volume I do item 5, deverão ser consolidados a partir do levantamento de informações já existentes sobre a unidade de conservação e entorno. Para a consecução deste produto a ENTIDADE PARCEIRA tem a responsabilidade de levantar e compilar todas as informações pertinentes, estejam estas disponíveis ou não nos arquivos da unidade de conservação, buscando sempre a melhor qualidade de dados, informações, materiais, imagens, mapas e demais documentos existentes sobre a UC e seu entorno, para o desenvolvimento dos textos do diagnóstico.

O levantamento das informações deverá abranger informações sobre os aspectos biológicos, físicos, paisagísticos, sociais, econômicos, históricos e culturais da UC e sua região, considerando também, ainda que resumidamente, as pressões e ameaças, além dos aspectos positivos que possam impulsionar a gestão da unidade de conservação.

Esta atividade será realizada pela equipe da ENTIDADE PARCEIRA, utilizando-se dos meios que dispuser para:

- Levantar informações em artigos, teses, dissertações e outros;
- Realizar consultas a órgãos governamentais e não governamentais sobre a atuação ou perspectivas de atuação destes na unidade de conservação e na região;
- Consultar pesquisadores e levantar informações em coleções biológicas de referência (universidades e museus);
- Compilar listas de fauna e flora, bases de dados com informações geográficas e informações de sensores remotos (radares, fotos aéreas, imagens de satélite e outros);
- Pesquisar em fontes diversas tais como relatórios técnicos, planos de conservação locais e regionais, planos de ordenamento territorial, planos diretores municipais, planos de bacia e quaisquer outras fontes de informações que se

considerem pertinentes;

O levantamento deverá considerar também informações internas, tais como informações de relatórios de atividades, pesquisas autorizadas no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), relatórios de pesquisas pretéritas e material áudio-visual que estejam disponíveis na Unidade de Conservação.

O volume de caracterização e diagnóstico da unidade de conservação é formado por quatro conjuntos de conteúdos que serão desenvolvidos a partir das informações coletadas e dos resultados das reuniões. O primeiro conteúdo refere-se ao conjunto de itens que tratam dos aspectos descritivos da unidade de conservação, tais como localização, acessos, descrição da região da unidade de conservação e informações gerais. O segundo conteúdo refere-se aos aspectos dos meios bióticos, abióticos e socioeconômicos, políticos e culturais relacionados à unidade de conservação, o terceiro conteúdo refere-se ao conjunto de informações e análise sobre atividades conflitantes, pressões e ameaças que afetam a unidade de conservação e sobre as atividades pertinentes ao manejo. Por fim, o quarto conteúdo refere-se a informações que analisam a gestão da unidade de conservação.

A caracterização da unidade de conservação é basicamente descritiva e deve considerar diferentes escalas temporais e territoriais conforme a especificidade da unidade de conservação. Temporalmente, as informações devem ser preferencialmente atuais, especialmente aquelas que demandam entendimento de dinâmicas ecológicas, sociais, econômicas ou políticas complexas e com grande potencial de modificação ao longo do tempo.

Em relação à espacialização, a caracterização deve abranger a unidade de conservação e sua região ou área de influência - incluindo os corredores ecológicos e mosaicos de unidades de conservação - que sejam suficientes para caracterizar as dinâmicas ambientais e sociais que exercem influência sobre seu território, e ainda, aspectos macrorregionais ao nível de bioma e domínios geomorfológicos com objetivo a compreensão do contexto ambiental em que a unidade de conservação se insere.

A caracterização identifica e descreve os aspectos naturais, culturais, sociais, econômicos, históricos e culturais da unidade de conservação e sua região. Abrange também os aspectos políticos e institucionais, tais como recursos humanos, histórico criação e de gestão, identificação e caracterização da infra-estrutura e equipamentos disponíveis. Caberá ainda caracterizar e enquadrar a unidade de conservação em relação aos contextos internacional, federal e regional ou estadual conforme descritos neste roteiro metodológico.

O conjunto de informações compreendidas na caracterização da unidade de conservação e sua região, bem como no contexto macrorregional deverá fornecer elementos sociais, ambientais, culturais, históricos, econômicos e político-institucionais para o diagnóstico e planejamento da unidade de conservação.

O conteúdo do volume de diagnóstico deverá ser orientados pelo Roteiro Metodológico de elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais (ICMBio, 2009) e as orientações técnicas da equipe de planejamento.

O Volume I – Caracterização e diagnóstico deverá ser apresentado em duas versões. A primeira, denominada Versão Preliminar que será entregue e avaliada pela Equipe de Planejamento em momento anterior a realização das oficinas de planejamento participativo, e a segunda, denominada Versão Final, que será apresentada após a realização das oficinas.

5.5. PRODUTO 5: VOLUME II – PLANEJAMENTO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

O planejamento, propriamente dito, corresponde à parte fundamental dos estudos necessários à revisão do Plano de Manejo, e deve conter a definição dos objetivos, da missão e visão de futuro da unidade de conservação; o zoneamento, as normas de uso e os programas de manejo, e também as estratégias para a proteção na Zona de Amortecimento da unidade de conservação.

Para a elaboração deste produto, depois de vencidas as etapas relativas à caracterização e diagnóstico da unidade de conservação serão realizadas as reuniões relativas à Estruturação do Planejamento, nas quais, a partir da consolidação da análise estratégica da unidade de conservação serão definidos os componentes balizadores do planejamento estratégico para a conservação, sendo estes a Visão e os Objetivos de Conservação.

Em seguida, desenvolvem-se as premissas para o zoneamento, o memorial descritivo do zoneamento interno e da zona de amortecimento, as normas e programas de manejo e gestão, conformando o produto final do planejamento da unidade de conservação.

5.6. PRODUTO 6: VOLUME III – CADERNO DE MAPAS E ANEXOS

O volume III deverá conter a totalidade de mapas e anexos produzidos pela equipe parceira, sendo impreterível que contenha todos os itens citados nos volumes I e II.

6. EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A Equipe de Planejamento acompanhará, fiscalizará e avaliará os produtos entregues dentro dos prazos acordados. Caberá única e exclusivamente a esta equipe a verificação de soluções técnicas, incluindo aquelas não previstas nas especificações, sendo necessário que a proposição por parte da ENTIDADE PARCEIRA e respectiva aprovação sejam realizadas por meio de correspondência escrita.

7. PRAZOS E CRONOGRAMA

A produção dos estudos e trabalhos relacionados à revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós será de 10 (dez) meses a partir da assinatura do ACORDO DE COOPERAÇÃO com a ENTIDADE PARCEIRA, a qual ficará responsável pelos levantamentos, estudos, relatórios e produtos finais necessários para a revisão do Plano de Manejo. As atividades serão distribuídas em cronograma que consta no ANEXO 2 deste Plano de Trabalho e ajustes posteriores

acordados com a Equipe do Planejamento do ICMBio na primeira reunião técnica.

Quadro 1. Relação de produtos e prazos a partir da assinatura do Acordo de Cooperação.

PRODUTO	Prazo de apresentação do produto (dias após a assinatura do contrato)
PRODUTO 1: Apresentação do Plano de Trabalho	30 dias
PRODUTO 2: Relatório de monitoria e avaliação do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós 2004	75 dias
PRODUTO 3: Relatório consolidado das oficinas de planejamento participativo e reuniões técnicas	120 dias
PRODUTO 4: Volume I – Caracterização e diagnóstico da Floresta Nacional do Tapajós	180 dias
PRODUTO 5: Volume II – Planejamento da Floresta Nacional do Tapajós	210 dias
PRODUTO 6: Volume III – Caderno de Mapas e Anexos	240 dias

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Os documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa, com o nível de detalhe e linguagem adequada para sua perfeita compreensão, e entregues nos prazos especificados no plano de trabalho e no cronograma acordados entre a entidade parceria e a Equipe de Planejamento quando do início das atividades.

O plano de manejo deverá ser materializado num conjunto de documentos impressos e em meio digital cada um abrangendo integralmente os temas estudados, contendo referências a apêndices e anexos específicos, apoiado em material gráfico, quadros, mapas, e demais recursos necessários ao pleno entendimento do texto.

As versões intermediárias de todos os produtos deverão ser entregues em quatro vias impressas e duas cópias digitais em formato Word e PDF, e shapefile para mapas.

Todos os textos de todos os relatórios e dos encartes produzidos, inclusive os anexos, em todas as versões, têm que seguir a formatação e as recomendações indicadas pela Equipe de Planejamento no que couber, de acordo com as especificidades dos trabalhos.

Os produtos (preliminares; intermediários; parciais e finais) deverão ser entregues em língua portuguesa, revisados e de acordo com a gramática vigente, em quatro vias originais impressas em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel formato A4 - impressos frente e verso - para os textos e em meio digital (CD; DVD; *pen drive*) formatada e gravada em editor de texto *Word for Windows* e em arquivo PDF.

Na eventualidade de baixa qualidade dos textos produzidos, especialmente no que se refere à ortografia e à gramática vigentes, a Equipe de Planejamento pode, a qualquer momento, exigir da ENTIDADE PARCERIA a revisão dos textos por profissional competente;

Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digital e apresentadas em formato para *ARCVIEW* (formato *shape-file* para dados vetoriais e *TIFF* para imagens). Os arquivos de impressão devem ser entregues no formato Word (para textos) e PDF e MXD para ilustrações. Todos os mapas dos volumes encadernados serão impressos em papel tamanho A 3 de papel, independentemente de sua escala.

Todos os aplicativos usados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação devem aparecer de forma clara, tanto nos documentos impressos como nos arquivos eletrônicos, de forma os nomes dos autores apareçam separados dos nomes das instituições;

Deverão ser obedecidas as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como a forma das citações e referências bibliográficas, podendo ser admitidos certas excessões para desenhos, croquis, quadros, tabelas e gráficos e mapas.

9. DIREITOS AUTORAIS E PATRIMONIAIS:

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os Direitos Patrimoniais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do órgão gestor da Floresta Nacional do Tapajós, inclusive em período posterior ao encerramento do presente contrato, resguardando os Direitos Morais e Autorais da ENTIDADE PARCERIA.

O ICMBio resguarda-se ao direito de reprodução parcial ou integral, edição, distribuição em qualquer meio, dos produtos intermediários e finais decorrentes da execução do objeto desta parceria.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações desta parceria, a ENTIDADE PARCEIRA deverá solicitar previamente a autorização do ICMBio.

10. ANEXOS

ANEXO 1 – QUADRO DE ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

ANEXO 2 – ELEMENTOS MÍNIMOS PARA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO PARA O ZONEAMENTO

ANEXO 1 – QUADRO DE ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

ETAPA	ATIVIDADE	DETALHAMENTO	QUEM	PRODUTO
Organização do planejamento	Publicação de nova ordem de serviço com indicação da equipe de planejamento		Supervisor técnico COMAN/CGCAP	Ordem de serviço com a designação da equipe de planejamento publicada no Boletim de Serviço.
	Consolidar versão final do Plano de Trabalho		Equipe de Planejamento	Plano de Trabalho aprovado pelo supervisor técnico da COMAN/CGCAP/DIMAN
	Seleção da organização da sociedade civil para elaborar estudos para revisão do Plano de Manejo	Lançamento de Edital de Chamamento Público, seleção e assinatura de Acordo de Cooperação com organização da sociedade civil que fará estudos para revisão do Plano de Manejo	ICMBio	Acordo de Cooperação assinado com organização da sociedade civil, ora denominada Entidade Parceira
	Reunião de organização do planejamento com a Entidade Parceira	Primeira reunião técnica Entidade Parceira e equipe de planejamento e equipe da unidade de conservação para detalhamento e acordos dos ajustes no processo de planejamento	Equipe de Planejamento Equipe FN Tapajós Entidade Parceira	
	Reconhecimento de campo	Visita técnica de 2 ou 3 dias com a Entidade Parceira para identificação dos pontos críticos para o planejamento, reconhecimento geral da unidade de conservação e identificação de locais para a	Equipe de Planejamento e Entidade Parceira	Plano de trabalho acordado entre Entidade Parceira e Equipe de Planejamento.

		realização de oficinas.		
	Reunião de avaliação do plano de manejo da FN Tapajós 2004	Reunião com equipe da unidade de conservação para consolidar a avaliação e monitoria do plano de manejo.	Entidade Parceira e Equipe da FN Tapajós	
	Consolidação do relatório de monitoria e avaliação do plano de manejo da FN Tapajós 2004	Entidade Parceira sistematiza e elabora o relatório de monitoria e avaliação do plano de manejo com base nos subsídios obtidos com a equipe da FN Tapajós	Entidade Parceira	Relatório de monitoria aprovado pela equipe técnica da unidade de conservação
	Levantamento de dados, análise e sistematização dos dados secundários com revisão de bibliografia	Consolidar dados de relatórios de pesquisas realizadas na FN Tapajós para caracterização de meio físico e biológico; Dados de inventários florestais amostrais da COOMFLONA e do cadastro de moradores no qual foi realizado o levantamento de famílias e diagnóstico socioeconômico e os dados foram encaminhados para análise pela UFV Levantar dados adicionais nos relatórios técnicos e estudos já realizados na FN	Entidade Parceira, Equipe FN Tapajós	Volume I – Caracterização da unidade de conservação (versão preliminar)
	Atualização da base cartográfica e elaboração de novos mapas para o diagnóstico	Atualização da base cartográfica, atualização dos mapas temáticos do plano de manejo 2004 e elaboração de novos mapas temáticos conforme previsto no termo de referência, elaboração do novo mapa do zoneamento.	Entidade Parceira	
	Elaboração da primeira versão do Volume I – Caracterização e diagnóstico da unidade de conservação		Entidade Parceira	

Caracterização e diagnóstico	Realização das oficinas participativas e reuniões setoriais	<p>Realização de reuniões técnicas para a consolidação de informações sobre potencial de novas atividades produtivas na unidade de conservação; diagnóstico e ordenamento do uso público e definições quanto ao ordenamento da terra indígena.</p> <p>3 Oficinas de planejamento participativo 2 dias: Polo Aveiro: Aveiro, Uruará, São Francisco das Chagas e São Francisco Godinho. Polo Taquara (Belterra): Paraiso, Itapaiuna, Prainha II, Prainha I, Taquara*, Pini, Tauari, Nazaré, Marai, Bragança* e Marituba* (*aldeias). São Pedro e São Jorge (entorno). Polo Jamaraquá (Belterra): Piquiatuba, Pedreira, Jaguarari, Acaratinga, Jamaraquá, Maguari, São Domingos.</p>	Equipe de Planejamento, Entidade Parceira, Coordenações ICMBio sede e instituições afetas aos diferentes temas.	<p>Relatório consolidado das oficinas de planejamento participativo.</p> <p>Relatórios técnicos das reuniões técnicas.</p>
	Elaboração da versão consolidada do Volume I – Caracterização da unidade de conservação		Entidade Parceira	Volume I – Caracterização da unidade de conservação (versão final)
	Reunião Estruturação do Planejamento para definição dos elementos do planejamento estratégico/conservação e normas gerais da unidade de conservação	Reunião de três dias, em Santarém, para definição dos componentes estratégicos do planejamento: Visão de futuro, alvos de conservação, modelo conceitual, objetivos estratégicos e de conservação, normas gerais da unidade de conservação.	Entidade Parceira e Equipe de Planejamento	Volume II – Planejamento da unidade de conservação (versão preliminar)
		Reunião de 3 dias, em Santarém, para		

Planejamento	Reunião Estruturação do Planejamento 2: zoneamento e programas de manejo	definição do zoneamento da unidade de conservação, plano estratégico para conservação e programas de manejo.	Entidade Parceira e Equipe de Planejamento	
	Versão preliminar do Volume II – Planejamento da unidade de conservação		Entidade Parceira	
	Discussão do plano de manejo com conselho consultivo	Apresentação e discussão do plano de manejo com o conselho consultivo	Equipe FN Tapajós	Ata com registro da apresentação do plano de manejo ao conselho consultivo
	Versão final do plano de manejo da unidade de conservação com Volumes I e II consolidados		Entidade Parceira	Plano de Manejo da FN Tapajós – Volume I: Caracterização e Diagnóstico e Volume II: Planejamento
	Apresentação e discussão do plano de manejo com DIMAN	Apresentação do plano de manejo para a DIMAN/ICMBio e convidados para aporte de considerações finais e aprovação técnica.	Equipe de Planejamento	Ata com registro da apresentação do plano de manejo na DIMAN/ICMBio
Aprovação e publicação	Aprovação técnica do plano de manejo pelo supervisor do processo		Supervisor COMAN/CGCAP/DIMAN	Nota técnica de aprovação e minuta de portaria.
	Encaminhamento do processo do plano de manejo para análise da PFE/ICMBio		PFE/ICMBio	Parecer de aprovação jurídica do Plano de Manejo e de acordo para publicação
	Publicação da Portaria de aprovação do Plano de Manejo no DOU		Presidência ICMBio	Publicação da portaria de aprovação do Plano de Manejo da FN Tapajós no DOU

ANEXO 3

ELEMENTOS MÍNIMOS PARA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO PARA O ZONEAMENTO

Elaboração da base cartográfica com dados oficiais e/ou extraoficiais, para o plano de manejo da unidade de conservação (UC).

Instituições oficiais de cartografia: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Diretoria do Serviço Geográfico (DSG), do Exército Brasileiro.

Outras fontes oficiais possíveis: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT); Departamento de Estradas de Rodagem (DER), de vários estados; Agência Nacional de Águas (ANA); Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM); CPRM, SIPAM, FUNAI, INCRA, instituições estaduais, municipais e distritais, entre outros.

Extraoficiais: organizações civis, *Google Earth*, empresas de consultoria, mineradoras, reflorestadoras, empresas agrícolas, entre outras.

Informar nos produtos de geoprocessamento e cartográficos, no mínimo, a fonte (nome das cartas topográficas e/ou da imagem), a escala e a data de onde foi retirada a informação, quando da compilação de dados oriundos de imagens Raster georreferenciadas.

Adotar no memorial descritivo:

1. Coordenadas UTM (sistema de projeção Universal Transversa Mercator), preferencialmente, ou coordenadas geográficas, bem como informar o *datum* utilizado.
2. No sistema de coordenada UTM, utilizar sempre valor inteiro (sem decimais); caso a poligonal da UC se expanda para mais de um fuso UTM, utilizar o sistema de coordenada geográfica. No sistema de coordenadas geográficas usa-se a latitude e a longitude, em formato de graus, minutos, segundos, não precisando colocar o décimo de segundos. Para os dois tipos de coordenadas, especificar que são coordenadas aproximadas.
3. Para fazer a poligonal, usar sempre que possível as feições naturais e referências no terreno, tais como: cursos d'água, talwegues, ilhas, sistemas viários, curvas de nível, pontos cotados, divisores de água, linhas de transmissão, isóbatas (para áreas marinhas), limites geopolíticos (limites de municípios e estados), limites de terras indígenas homologadas, limites de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, assentamentos, territórios quilombolas, entre outras.
4. No caso de malha viária ou linhas de transmissão, informar o nome e o tipo, conforme constam na carta topográfica ou em verificação de campo ou em mapas rodoviários. Quando se tratar de estradas vicinais ou particulares, denominá-la como “estrada vicinal sem denominação”, atribuindo a elas um sentido entre localidades. Dispor a sigla da estrada separada por hífen, assim como o nome comum dela na primeira citação, quando existente.
5. Na ausência de feições naturais ou limites geopolíticos, usar linha retas, descrevendo somente as coordenadas do vértice anterior e do subsequente.
6. Para fazer a descrição dos polígonos de cada zona e da ZA, inserir os pontos em cada mudança de segmento fisiográfico, no início e no fim de cada segmento. As colunas X e Y são necessárias nos sistemas de coordenadas UTM e geográficas. Cada segmento descrito será separado por ponto e vírgula.
7. A descrição dos pontos deverá começar sempre por aquele localizado mais ao norte (Equador) e mais a leste (Greenwich) e, se possível, deve seguir no sentido horário.
8. Sempre que houver um polígono cujos limites já estejam descritos e fizer divisa com um polígono de outra zona, a descrição já existente servirá de base para a descrição da zona vizinha, para a qual será descrito apenas o ponto inicial e o final da zona já descrita.
9. Na descrição de feições e situações dinâmicas, como manguezais, dunas, veredas, restingas, áreas de inundação, remanescentes (fragmentos) de vegetação, bem como cursos d'água, foz ou delta de rios, utilizar esse limite e colocar alguns pontos de coordenadas como referência.
10. Calcular e informar no memorial descritivo a área de cada polígono em hectare, informando o quanto cada zona corresponde ao total da UC.

Exemplos de texto parcial com a aplicação do que foi aqui indicado:

1. A zona de amortecimento da Reserva Biológica do Rio Verde tem os seguintes limites descritos a partir das ortofotos de 2009, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (SEMA), compatível com a escala 1:120.000, e com base na Carta Brasil Costa Leste, do Rio Preto à Vitória (Marinha do Brasil), escala 1:135.531, cujos pontos estão em coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a), *datum* SIRGAS 2000, tendo início nas c.g.a. 39°50'08" Longitude Oeste (O) e 19°39'00,85" Latitude Sul (S) (ponto 1), na interseção do limite da Reserva

Biológica com uma estrada rural; segue por esta estrada rural até as c.g.a. 39°50'16"O e 19°39'01"S (ponto 2), na sua interseção com outra estrada rural; continua nesta estrada, sentido norte, até as c.g.a. 39°50'16"O e 19°38'38"S (ponto 3); segue em linha reta até as c.g.a. 39°49'26"O e 19°38'35"S (ponto 4), na margem direita do rio Preto; segue por esta margem direita, sentido montante, até as c.g.a. 39°49'03"O e 19°34'23"S (ponto 5), ainda na margem direita do rio Preto; segue em linha reta até as c.g.a. 39°49'35"O e 19°34'58"S (ponto 6), na estrada estadual ES-010, no traçado do gasoduto existente no local; segue o gasoduto, sentido sudoeste, até as c.g.a. 39°50'08"O e 19°35'58"S (ponto 7); continua seguindo o traçado do gasoduto até o rio da Estiva, nas c.g.a. 39°53'33"O e 19°37'39"S (ponto 8), no talvegue deste rio; segue por este talvegue até a sua interseção com a estrada ES-439, nas c.g.a. 39°54'22"O e 19°38'17"S (ponto 9); continua ainda pelo talvegue do rio da Estiva até as c.g.a. 39°54'51"O e 19°38'35"S (ponto 10); continua ainda pelo talvegue, passando pelas c.g.a. 39°55'26"O e 19°39'23"S (ponto 11) e pelas c.g.a. 39°55'59"O e 19°39'47"S (ponto 12); segue em linha reta até as c.g.a. 39°57'39"O e 19°41'39"S (ponto 13), ainda no rio da Estiva; segue em linha reta até o limite da Terra Indígena Sassafrás, nas c.g.a. 39°57'19"O e 19°41'45"S (ponto 14); segue pelo limite da terra indígena até o limite da Reserva Biológica, nas c.g.a. 39°56'31"O e 19°41'45"S (ponto 15); segue pelo limite da Reserva Biológica até o ponto inicial desta descrição.

2. A zona de amortecimento da Floresta Nacional do Rio Verde tem os seguintes limites em coordenadas planas aproximadas (c.p.a.), conforme Sistema de Projeção UTM, zona 24, datum SIRGAS 2000, e como base a Ortofotomosaico do estado do Espírito Santo, cedida pela Secretaria do Meio Ambiente do Espírito Santo SEMA/2009. Inicia no **ponto 1**, localizado na margem direita do rio da Estiva, de coordenada plana aproximada (c.p.a.) E=381.604 e N=7.850.812; segue por essa margem e passa pelo **Ponto 2**, junto à ponte da BR-101 sobre o rio da Estiva de c.p.a. E=388.042 e N=7.853.173; continua pela margem direita do rio da Estiva até o **ponto 3**, de c.p.a. E=394.403 e N=7.851.319; segue em linha reta até o **ponto 4**, situado na estrada da fazenda Maria Bonita, de c.p.a. E=394.403 e N=7.851.069; daí segue por uma estrada sem pavimentação, passando por um fragmento florestal até o **ponto 5**, de c.p.a. E=394.484 e N=7.850.504; segue margeando esse fragmento florestal, passando pelo **ponto 6**, de c.p.a. E=394.550 e N=7.850.487 e pelo **ponto 7**, de c.p.a. E=394.513 e N=7.850.256; segue em linha reta margeando uma plantação até o **ponto 8**, de c.p.a. E=394.355 e N=7.850.226; segue em linha reta margeando a plantação até o **ponto 9**, de c.p.a. E=394.413 e N=7.849.964; segue margeando o fragmento florestal, passando pelo **ponto 10**, de c.p.a. E=394.580 e N=7.849.580; **ponto 11**, de c.p.a. E=394.509 e N=7.849.161; **ponto 12**, de c.p.a. E=394.509 e N=7.849.158; **ponto 13**, de c.p.a. E=394.510 e N=7.849.158; **ponto 14**, ... segue por essa estrada até o **ponto 25**, de c.p.a. E=391.653 e N=7.846.591, localizado na rodovia estadual ES-440; segue por essa rodovia até o trevo com a rodovia federal BR-101, **ponto 26**, de c.p.a. E=383.377 e N=7.846.806; ... continua por essa estrada até o **ponto 44**, de c.p.a. E=382.104 e N=7.850.778; continua por essa estrada, passando pelo **ponto 45**, de c.p.a. E=382.062 e N=7.850.808, atingindo o **ponto 46**, de c.p.a. E=381.757 e N=7.850.757; daí segue por um pequeno córrego até o rio da Estiva, ponto inicial desta descrição.

Santarém, 10 de junho de 2016



Documento assinado eletronicamente por **Jose Risonei Assis Da Silva**, **Chefe de UC**, em 10/06/2016, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **0056316** e o código CRC **3AE3008E**.